

## CAPACITAÇÃO SOBRE "ENTREGA PROTEGIDA DE CRIANÇAS PARA ADOÇÃO": CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE DIREITO DA UNISC – CAMPUS MONTENEGRO - RS<sup>1</sup>

MACEDO, M. C.<sup>2</sup>; BRENDLER, K. M.<sup>3</sup>.

### RESUMO

A atividade extensionista "Capacitação sobre Entrega Protegida de Crianças para Adoção" foi desenvolvida no âmbito do módulo Vivências Jurídicas Interdisciplinares D, do curso de Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Campus Montenegro. Com uma carga horária 100% extensionista, a disciplina promoveu a integração entre ensino, pesquisa e extensão, articulando-se às disciplinas Direito de Família e das Sucessões e Direito da Criança e do Adolescente. O projeto capacitou agentes comunitários de saúde de sete Unidades de Saúde da Família (USFs) do município, abordando aspectos legais e práticos da Resolução nº 485/2023 do CNJ. Os estudantes realizaram pesquisa teórica, produziram materiais didáticos e conduziram oficinas presenciais. Antes da capacitação, foi aplicado um questionário para identificar lacunas no conhecimento dos agentes, cujos resultados destacaram a necessidade de formação específica sobre o tema. A atividade promoveu o acolhimento humanizado, a disseminação de informações essenciais e o fortalecimento do vínculo entre universidade e comunidade. Os resultados demonstraram impacto positivo na formação acadêmica dos alunos e na capacitação dos profissionais de saúde, reforçando o papel social transformador da extensão universitária.

**Palavras-chave:** Adoção; Curricularização da extensão; Educação jurídica; Entrega protegida; Inserção Comunitária.

## TRAINING ON "PROTECTED SURRENDER OF CHILDREN FOR ADOPTION": INTEGRATION OF EXTENSION INTO THE CURRICULUM OF THE LAW PROGRAM AT UNISC – MONTENEGRO CAMPUS, RS

### ABSTRACT

The extension activity "Training on Protected Surrender of Children for Adoption" was developed as part of the Interdisciplinary Legal Practices D course at the University of Santa Cruz do Sul (UNISC), Montenegro Campus. With a 100% extension workload, the course integrated teaching, research, and extension, linking with the disciplines Family and Succession Law and Children and Adolescent Law. The project trained community health agents from seven Family Health Units (USFs) in Montenegro, addressing the legal and practical aspects of the CNJ Resolution nº 485/2023. Students conducted theoretical research, developed educational materials, and led in-person workshops. A pre-training survey identified knowledge gaps among agents, emphasizing the need for specific training on the topic. The activity promoted humanized care, the dissemination of essential information, and strengthened the bond between the university and the community. The results demonstrated a positive impact on students' academic development and the training of health professionals, reinforcing the transformative social role of university extension programs.

**Keywords:** Adoption; Community engagement; Legal education; Service-learning; Voluntary relinquishment.

<sup>1</sup> O presente artigo é resultado da atividade extensionista "Capacitação sobre Entrega Protegida de Crianças para Adoção" desenvolvida no âmbito do módulo de Vivências Jurídicas e Interdisciplinares D no curso de Direito, campus Montenegro.

<sup>2</sup> Graduanda em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), bolsista na modalidade PROVEX, orientada pela professora Karina Meneghetti Brendler. Email: maitecoelhomacedo@gmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Direito com tese defendida pela Universidade de Burgo, Espanha e reconhecida pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Direitos Sociais e Políticas Públicas e Especialista em Direito de Família pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Professora adjunta do curso de Direito da UNISC. Coordenadora do Projeto de Extensão "Quem é meu pai?" ligado ao curso de direito e desenvolvido no município de Capão da Canoa e Montenegro/RS. Fundadora do Adottare - Grupo de apoio à adoção e atual Presidente da Associação Adottare - Grupo de apoio à adoção. E-mail: karina@unisc.br

## 1 INTRODUÇÃO

A entrega voluntária de crianças para adoção é um ato de amor e coragem, mas também um processo emocionalmente complexo que exige sensibilidade e conhecimento técnico. A Resolução nº 485/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabelece diretrizes claras para garantir que esse processo seja conduzido com dignidade, sigilo e apoio às gestantes. No entanto, muitos profissionais de saúde desconhecem essas normativas, dificultando a prestação de um atendimento adequado.

Segundo dados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), o Brasil possui milhares de crianças à espera de uma família e muitas mães que optam pela entrega protegida enfrentam barreiras relacionadas à falta de informação ou ao julgamento social. Essa realidade reforça a importância de preparar os profissionais da linha de frente, como agentes comunitários de saúde, para lidar com essas situações de forma humanizada e técnica.

Diante desse cenário, a disciplina Vivências Jurídicas e Interdisciplinares D, do curso de Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Campus Montenegro, propôs uma atividade extensionista voltada à capacitação de agentes comunitários de saúde. Essa disciplina, que possui uma carga horária 100% extensionista, é o *locus* da integração entre ensino, pesquisa e extensão no curso de Direito, promovendo a curricularização da extensão de forma concreta e transformadora.

As Vivências Jurídicas e Interdisciplinares D articulam-se diretamente com outras duas disciplinas do semestre letivo: Direito de Família e das Sucessões e Direito da Criança e do Adolescente. Essa articulação permite que os estudantes apliquem os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula em um contexto prático, respondendo a demandas reais da comunidade e promovendo o diálogo entre teoria e prática.

A curricularização da extensão, além de cumprir o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (art. 207 da Constituição Federal), promove a formação integral do estudante e consolida a universidade como agente transformador da sociedade. Nesse modelo, os estudantes são protagonistas do processo de ensino-aprendizagem, participando ativamente de projetos que conectam a universidade à comunidade, promovendo transformação social e consolidando o papel social da universidade.

A atividade desenvolvida no módulo consistiu em uma oficina sobre "Entrega Protegida de Crianças para Adoção", realizada em sete Unidades de Saúde da Família (USFs) do município de Montenegro. Os estudantes foram desafiados a capacitar agentes comunitários de saúde, levando informações técnicas e sensibilização sobre a Resolução nº 485/2023, promovendo uma abordagem humanizada e empática no atendimento às gestantes.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Curricularização da Extensão

A curricularização da extensão, regulamentada pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, representa a consolidação do princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (CF, art. 207).

Segundo Gadotti (2025), a extensão reflete uma mudança paradigmática ao priorizar a relevância social do ensino superior, integrando a universidade à comunidade e promovendo a transformação social.

Embora a obrigatoriedade de ações extensionistas tenha surgido no Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, foi no PNE 2014-2023 que se destacou a prioridade das áreas de grande pertinência social. A extensão universitária, portanto, é não apenas um componente curricular, mas um mecanismo de impacto social que transforma o conhecimento acadêmico em prática concreta, capaz de superar desigualdades e promover cidadania.

Freire (1971) reforça que “a extensão deve permitir a problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens”. Essa perspectiva é ainda mais relevante no contexto jurídico, onde a prática extensionista pode alinhar teoria e prática, promovendo o desenvolvimento de competências humanistas e sociais.

Além disso, a curricularização da extensão desempenha um papel essencial na democratização do ensino. Ao integrar o conhecimento acadêmico às demandas comunitárias, promove um diálogo transformador entre universidade e sociedade (Pereira e Vitorini, 2019). O módulo de Vivências Jurídicas e Interdisciplinares D exemplifica esse compromisso, ao oferecer aos estudantes a oportunidade de atuar diretamente na resolução de problemas sociais e jurídicos da comunidade.

## **2.2 Entrega Protegida de Crianças para Adoção**

A entrega protegida de crianças para adoção é um procedimento regulamentado pela Resolução nº 485/2023 do CNJ, que garante às gestantes e parturientes o direito de entregar seus filhos à adoção de forma sigilosa e digna. Essa normativa estabelece fluxos claros para os profissionais de saúde e da rede de proteção, enfatizando a necessidade de acolhimento humanizado e da preservação dos vínculos familiares entre irmãos, sempre que possível.

Essa modalidade de entrega protege os direitos da gestante e da criança, garantindo que a decisão seja respeitada sem julgamento. O artigo 13 da Lei nº 13.509/2017 prevê que mulheres em situação de vulnerabilidade que desejam entregar seus filhos à adoção devem ser atendidas de forma prioritária, recebendo suporte psicológico e socioassistencial. No entanto, a falta de conhecimento sobre a regulamentação muitas vezes impede que essas gestantes acessem seus direitos, criando barreiras para a execução do procedimento.

A entrega protegida também é uma forma de evitar a interrupção clandestina da gravidez ou o abandono de recém-nascidos, promovendo um ambiente seguro para as mulheres e crianças envolvidas. Dados mostram que a maioria das devoluções de crianças adotadas ocorre pela falta de contato entre irmãos separados, reforçando a importância de capacitar profissionais para garantir que os laços familiares sejam preservados.

Os agentes comunitários de saúde desempenham um papel essencial na implementação da entrega protegida, pois estão frequentemente na linha de frente do contato com gestantes em situação de vulnerabilidade. Eles atuam como pontes entre as comunidades e os serviços públicos de saúde, tendo acesso direto às realidades sociais e econômicas das famílias que atendem.

A escolha dos agentes como público-alvo das capacitações extensionistas se baseia em dois fatores principais: a) Proximidade com as gestantes e famílias: por estarem presentes nas comunidades e visitarem

frequentemente as residências, os agentes comunitários de saúde são, muitas vezes, os primeiros profissionais a quem as gestantes recorrem em busca de orientação ou apoio. Esse contato inicial é crucial para identificar situações de vulnerabilidade e garantir que essas mulheres sejam encaminhadas aos serviços adequados; e b) falta de conhecimento técnico e normativo: apesar de sua relevância no atendimento primário, muitos agentes desconhecem a Resolução nº 485/2023 e os procedimentos previstos para a entrega protegida. Isso foi evidenciado nos questionários aplicados antes das capacitações, em que a maioria dos participantes relatou não ter recebido qualquer treinamento sobre o tema. Essa lacuna compromete a eficácia do atendimento e pode agravar a situação de vulnerabilidade das gestantes.

Ao capacitar os agentes comunitários de saúde, a extensão universitária transcende a simples difusão de conhecimentos técnicos. Ela atua como um mecanismo de fortalecimento das políticas públicas de proteção à infância e à gestante, contribuindo para a efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Historicamente, a extensão no Brasil passou por diferentes fases de desenvolvimento, como destaca Gurgel (1986). A partir dos anos 80, com a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas (FORPROEX), houve um movimento para consolidar a extensão como um pilar acadêmico indissociável do ensino e da pesquisa. Nesse contexto, a formação de profissionais capacitados para lidar com demandas sociais específicas, como a entrega protegida, assume um papel central na função social das universidades.

Os agentes comunitários de saúde, ao serem capacitados, tornam-se agentes multiplicadores de conhecimento e prática, fortalecendo o sistema público de saúde e garantindo que a entrega protegida seja realizada dentro dos parâmetros éticos e legais. Essa iniciativa também promove a articulação entre universidade e sociedade, permitindo que o saber acadêmico se conecte às realidades locais e contribua para a transformação social.

### **3 MATERIAIS E MÉTODOS**

#### **3.1 Planejamento da Atividade**

A atividade foi organizada em três etapas principais: pesquisa teórica, capacitação prática e avaliação de resultados. Essa estrutura metodológica permitiu integrar os conhecimentos acadêmicos dos estudantes com as demandas concretas da comunidade, promovendo uma experiência extensionista rica e transformadora.

Antes do início das atividades práticas, a professora vivenciadora realizou contatos prévios com a coordenadora de saúde do município de Montenegro, que se tornou parceira essencial na atividade. A coordenadora desempenhou um papel fundamental na organização das capacitações, ajudando a definir as unidades de saúde que seriam contempladas e apoiando na logística de realização das oficinas. Essa parceria foi essencial para garantir que a atividade atendesse às necessidades específicas da comunidade local e tivesse o suporte necessário para seu sucesso.

### 3.2 Pesquisa Teórica

Os estudantes, divididos em sete grupos, foram desafiados a realizar uma pesquisa aprofundada sobre o tema da entrega protegida de crianças para adoção, com base na Resolução nº 485/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Essa etapa visou garantir uma compreensão abrangente não apenas dos aspectos normativos, mas também das implicações sociais e emocionais envolvidas no processo.

Para reforçar o embasamento teórico, os grupos participaram de aulas expositivas ministradas pela professora vivenciadora, que contextualizou os principais pontos da legislação e apresentou casos práticos ilustrativos. Além disso, foram realizadas rodas de tira-dúvidas antes da preparação das capacitações, permitindo a troca de ideias, o esclarecimento de questionamentos e a consolidação do conhecimento teórico.

Cada grupo foi responsável por elaborar materiais didáticos, como slides e questionários, que seriam utilizados nas oficinas. Esses materiais foram revisados pela professora vivenciadora, garantindo sua adequação ao público-alvo, bem como a clareza e a precisão das informações apresentadas. A produção dos materiais incentivou os estudantes a explorarem diferentes fontes de pesquisa, como artigos acadêmicos, relatórios do CNJ e estudos de caso relacionados à entrega protegida.

### 3.3 Capacitação Prática

As oficinas foram realizadas em sete Unidades de Saúde da Família (USFs) do município de Montenegro, a saber:

- **USF 1 Germano Henke**
- **USF 2 Esperança**
- **USF 3 Industrial**
- **USF 4 Santo Antônio**
- **USF 5 Centenário**
- **USF 6 Timbaúva**
- **USF 7 Centro**

Os grupos de estudantes foram designados para cada USF, promovendo uma abordagem específica e contextualizada para cada localidade. Essa divisão possibilitou que cada grupo adaptasse sua apresentação às necessidades e realidades das agentes comunitárias de saúde atendidas em cada unidade.

**Fotografia 1 - Apresentação do material ao grupo de Agentes Comunitários**

Fonte: arquivo pessoal das autoras

**Fotografia 2 - Capacitação dos agentes comunitários**

Fonte: arquivo pessoal das autoras

Durante as oficinas, os estudantes utilizaram apresentações de slides e materiais didáticos previamente elaborados, abordando temas como os direitos das gestantes previstos na Resolução nº 485/2023, a importância

o acolhimento humanizado e os fluxos de atendimento para a entrega protegida. As capacitações foram planejadas para combinar exposições teóricas e momentos de interação com o público, promovendo um diálogo construtivo e esclarecedor.

### Fotografia 3: Capacitação dos agentes comunitários



Fonte: arquivo pessoal das autoras

### Fotografia 4 - Finalização da capacitação com entrega de material informativo



Fonte: acervo pessoal das autoras

### 3.4 Avaliação e Relatórios

A avaliação da capacitação foi conduzida de maneira abrangente, utilizando diferentes instrumentos e critérios para medir a eficácia da atividade e identificar áreas de aprimoramento. O processo avaliativo incluiu:

- **Análise dos Slides Pré-apresentação:** antes da realização das oficinas, os estudantes submeteram uma prévia dos slides que seriam utilizados durante as apresentações. Essa etapa foi essencial para garantir que o conteúdo estivesse alinhado às diretrizes estabelecidas, com informações claras, acessíveis e tecnicamente corretas. A revisão prévia também permitiu ajustes necessários para aprimorar a comunicação visual e a didática.
- **Elaboração de Material Didático para os Agentes:** os estudantes produziram um material de apoio distribuído aos agentes comunitários de saúde, destacando os principais tópicos sobre a Resolução nº 485/2023 e a entrega protegida de crianças para adoção. Esse material serviu como referência prática para os agentes após a capacitação, reforçando os aprendizados adquiridos. A qualidade e a clareza do material produzido foram também critérios de avaliação.
- **Registros Visuais da Atividade:** os estudantes anexaram ao relatório fotos das atividades realizadas nas Unidades de Saúde da Família (USFs), documentando os momentos-chave das oficinas. Esses registros visuais foram analisados como parte do processo avaliativo, permitindo verificar o envolvimento dos participantes e a dinâmica da capacitação.
- **Feedback dos Agentes Comunitários de Saúde:** durante as oficinas, foi solicitado que os agentes expressassem suas percepções sobre a capacitação, tanto de forma verbal quanto por meio de breves formulários de feedback. Esse retorno foi essencial para avaliar a relevância do conteúdo apresentado, a clareza das explicações e a aplicabilidade prática das informações no contexto de trabalho dos agentes.
- **Relatórios Reflexivos dos Estudantes:** após a conclusão das oficinas, os estudantes elaboraram relatórios reflexivos detalhados, que incluíram:
  - Autoavaliação sobre o desempenho individual e em grupo durante a atividade.
  - Análise das reações dos agentes comunitários de saúde e o impacto percebido da capacitação.
  - Identificação das maiores dificuldades enfrentadas durante o planejamento e execução da oficina.
  - Reflexões sobre a relevância do trabalho realizado para a comunidade e o aprendizado obtido com a experiência prática.

Esses diversos instrumentos forneceram uma visão abrangente sobre as lacunas de conhecimento existentes antes da capacitação e o impacto positivo da atividade na formação dos estudantes e no preparo dos agentes comunitários de saúde para lidar com situações relacionadas à entrega protegida de crianças para adoção. A avaliação também apontou a importância de atividades como essa na construção de pontes entre a universidade e a comunidade, consolidando o papel transformador da extensão universitária.

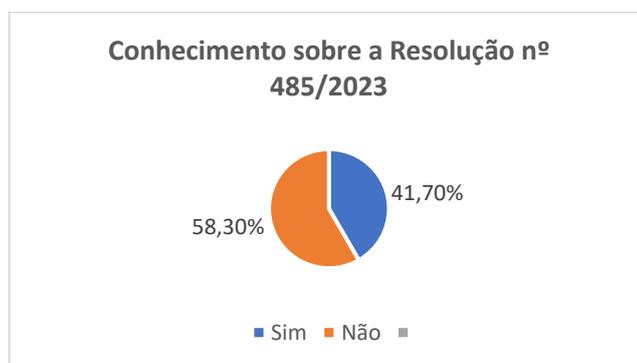
## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 Perfil dos Participantes

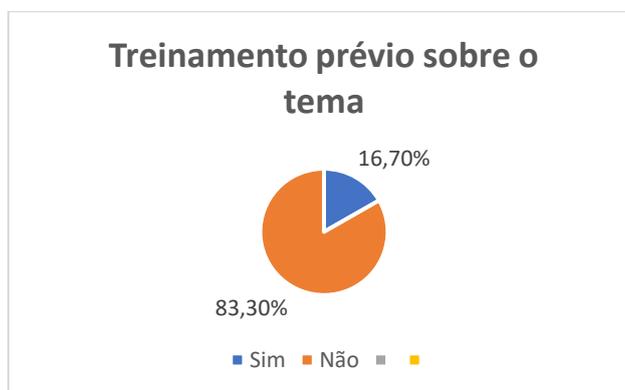
Os agentes comunitários de saúde que participaram da capacitação tinham idades entre 29 e 57 anos, sendo 91,7% do sexo feminino. O tempo de experiência profissional variou de 11 meses a 20 anos, refletindo uma ampla diversidade de vivências e níveis de conhecimento.

### 4.2 Análise das Respostas ao Questionário Prévio à capacitação:

Questionados sobre o conhecimento prévio acerca da Resolução n. 485/2023, mais da metade dos agentes respondeu desconhecê-la, evidenciando uma lacuna significativa no conhecimento sobre os procedimentos legais de entrega protegida.



Questionados sobre treinamento prévio sobre o tema da entrega protegida, verificou-se que a ausência de treinamento foi predominante. A capacitação abordou essa lacuna com informações detalhadas sobre as diretrizes da Resolução nº 485/2023.



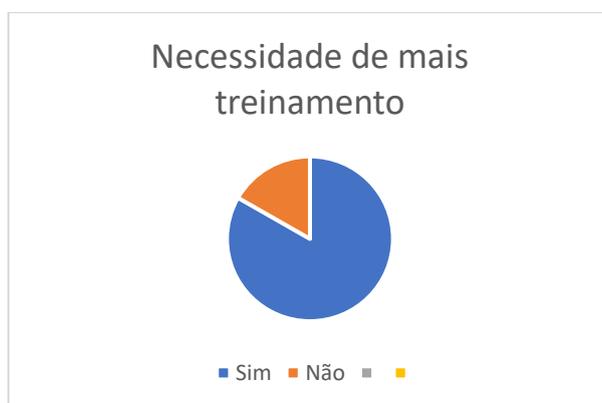
Ao serem questionados sobre qual era sua primeira ação ao atender gestantes com desejo de entrega de bebê para adoção, registrou-se respostas variadas, com destaque para "Encaminhar para a assistente social" ou

“encaminhar para a enfermeira de referência”. As respostas indicaram práticas desarticuladas e pouco padronizadas, reforçando a necessidade de orientações claras para uniformizar os procedimentos.

Com relação aos sentimentos que o tema desperta nos agentes ao lidar com o tema, percebeu-se que variou entre comovido, ansioso e incerto. O envolvimento emocional é um fator relevante, destacando a importância de capacitações que promovam segurança e empatia.



E, por fim, questionados sobre demanda de mais treinamentos ou capacitações para lidar com temas semelhantes, expressaram o desejo por mais capacitações, indicando que a iniciativa pode ser expandida para outros temas de relevância social.



## 5 CONCLUSÃO

A capacitação realizada no âmbito do módulo de Vivências Jurídicas e Interdisciplinares D destacou a eficácia da curricularização da extensão para promover a integração entre universidade e comunidade. Além de capacitar os agentes comunitários de saúde, a atividade reforçou a importância do acolhimento humanizado e da aplicação prática do conhecimento jurídico.

Os resultados dos questionários indicaram que os agentes comunitários de saúde tinham um conhecimento limitado sobre a Resolução nº 485/2023 e os procedimentos da entrega protegida de crianças para adoção. A capacitação proporcionou uma melhor compreensão do tema, permitindo que os agentes

desempenhem seu papel com mais segurança e clareza, contribuindo para um atendimento mais eficaz e humanizado às gestantes.

Mais do que uma atividade pontual de transmissão de conhecimento, a experiência se revelou uma oportunidade de fortalecimento das políticas públicas locais e da rede de proteção à infância. O envolvimento dos estudantes na construção e aplicação das oficinas evidenciou o potencial da extensão universitária como ferramenta de aprendizagem prática, aproximando o ensino jurídico da realidade social e fortalecendo a formação cidadã dos futuros profissionais.

Assim, a curricularização da extensão demonstrou seu valor não apenas no desenvolvimento acadêmico dos alunos, mas também na ampliação do impacto social da universidade. A interação com a comunidade permitiu que os estudantes percebessem a relevância do direito na garantia de direitos fundamentais e no enfrentamento de vulnerabilidades sociais, reafirmando a necessidade de iniciativas semelhantes no futuro. A experiência reforça o compromisso da universidade com a transformação social e a promoção de um ensino jurídico conectado com as demandas da sociedade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 12 fev. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 485, de 18 de abril de 2023.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/hbD5jkw8vp7MxKvfvLHsW9D/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12 fev. 2025.

JEZINE, Edineide. A Extensão Universitária no Contexto da Educação Brasileira. Recife: UFPE, 2004.

PEREIRA, L.; VITORINI, C. Extensão Universitária: Impactos e Desafios. Revista Brasileira de Educação Superior, 2019.

RODRIGUES, L. Curricularização da Extensão: Uma Necessidade Contemporânea. Revista Brasileira de Educação Superior, 2013.